

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO E INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em MRS)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	30	3	13.603	1.142
Contas a receber de clientes	6	-	-	17.483	12.260
Estoques	7	-	-	1.395	767
Tributos a recuperar	8	740	608	21.920	19.147
Dividendos a receber		771	-	4.620	-
Adiantamentos a fornecedores		237	-	911	7.698
Total do ativo circulante		1.778	611	59.932	41.014
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	2.132	2.941	2.132	2.941
Tributos a recuperar	8	-	-	-	3.175
Outras contas a receber		-	-	9.111	7.055
Depósitos judiciais		-	64	82	1.542
Créditos a receber - Partes relacionadas	19	3.413	4.952	4.748	-
Investimentos	9	128.961	117.387	89.103	72.566
Imobilizado	10	333	414	206.273	216.201
Intangível	10.1	-	-	7.686	7.686
Diferido	11	-	-	18.240	20.572
Total do ativo não circulante		134.839	125.758	337.375	331.738
TOTAL DO ATIVO		136.617	126.369	397.307	372.752
	Nota	Controladora	Consolidado	2011	2010
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	12	18	3	15.283	14.310
Empréstimos	13	-	-	28.894	24.874
Debêntures		-	-	18.492	15.588
Impostos e contribuições a recolher	15	144	130	14.149	6.543
Dividendos a pagar		961	167	961	167
Contas a pagar - Partes relacionadas	19	-	-	1.973	-
Parcelamentos de tributos a pagar		-	-	-	1.042
Adiantamentos		305	169	2.849	6.804
Obrigações por Aval	16	-	2.007	-	2.007
Total do passivo circulante		1.428	2.476	82.601	71.335
Não circulante					
Empréstimos	13	-	-	640	12.645
Debêntures	14	-	-	160.789	164.081
Provisão para riscos cíveis		-	-	12.861	-
Partes relacionadas		3.638	7.309	3.783	545
Outras contas a pagar		-	33.931	-	33.931
Parcelamentos de tributos a pagar		-	-	-	4.084
Impostos e contribuições a recolher		-	-	5.082	696
Total do passivo não circulante		3.638	41.240	183.155	215.982
Patrimônio líquido					
Capital social		90.000	47.355	90.000	47.355
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.457	27.214	6.457	37.782
Reserva de capital		23.670	21.887	23.670	21.888
Reserva de lucro		11.424	-	11.424	-
Prejuízos acumulados		-	(13.803)	-	(23.197)
Participação dos controladores		131.551	82.653	131.551	83.828
Participação dos não controladores		-	-	-	1.607
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.617	126.369	397.307	372.752

DIONON LUSTOSA CANTARELI JÚNIOR - Diretor Presidente
 JOSIMARY LIMA CANTARELLI - Diretora Executiva
 MANUEL SIMÕES GONDIM - Diretor Administrativo financeiro
 MARIA DO SOCORRO FERREIRA MIRANDA - Contadora - CRC-PE 011.430

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em MRS)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Demonstração do resultado do exercício					
Receita líquida das vendas	21	-	129	60.838	156.384
Custo da energia comprada	22	-	-	(7.762)	-
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(2.313)	(94.543)
Custos encargos de transmissão	22	-	-	(8.124)	-
Lucro bruto			129	42.639	61.841
Resultado equivalência patrimonial	19	29.471	1.800	9.584	(20.537)
Despesas administrativas	23	(1.294)	(1.406)	(1.294)	(12.103)
Outras receitas operacionais		3.160	8.936	3.160	2.353
Resultado antes da receita (despesa) financeira líquida		31.337	9.459	54.089	31.554
Receita financeira	24	652	1.139	5.310	2.713
Despesa financeira	24	(2.954)	(3.419)	(26.295)	(31.785)
Resultado antes dos impostos		29.035	7.179	33.104	2.482
Imposto de renda e contribuição social		-	(15)	(1.240)	(4.712)
Participação dos minoritários		-	-	(2.829)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		29.035	7.164	29.035	(2.230)
Atribuível a acionistas não controladores		-	-	(2.829)	(43)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação		0,32	0,15	-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em MRS)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		29.035	7.164	29.035	(2.230)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciações e amortizações		139	139	2.471	5.837
Resultado na venda de imobilizado		-	-	-	(54)
Impostos diferidos		-	-	-	43
Juros e descontos creditados		-	-	51	4.023
Resultado de equivalência patrimonial		(29.471)	(1.800)	(29.471)	20.537
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		(297)	5.503	2.086	28.156
Contas a receber de clientes		-	28	(5.223)	5.852
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	2.137
Tributos a recuperar		(132)	(228)	(402)	(3.463)
Outras contas a receber		(173)	(45)	6.191	(1.449)
Fornecedores		15	-	973	(17.729)
Impostos e contribuições a recolher		14	104	7.908	7.266
Outras contas a pagar		(1.076)	23	1.042	4.044
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.649)	5.385	12.575	24.814
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de investimentos		(347)	(9.792)	123	(40.624)
Recebimentos pela venda de investimentos		-	-	-	(6.778)
Aplicações financeiras		809	422	809	-
Lucros recebidos		7.153	-	7.153	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado) pelas atividades de investimentos		7.615	(9.370)	8.085	(47.402)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Empréstimos obtidos com partes relacionadas		(2.131)	(3.316)	-	4.514
Valor aportado pelos acionistas - AFAC		-	7.664	-	18.137
Empréstimos		-	-	(8.199)	-
Empréstimos obtidos com a CPFL		-	2.008	-	2.008
Dividendos obrigatórios		(3.808)	(1.107)	-	(1.107)
Lucros distribuídos		-	(825)	-	-
Integralização de capital		-	-	-	150
Ajuste de exercício anterior		-	(446)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) nas atividades de financiamentos		(5.939)	3.978	(8.199)	23.702
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		27	(7)	12.461	1.114
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	-
No início do exercício		3	10	1.142	28
No fim do exercício		30	3	13.603	1.142

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em MRS)

	Capital social	AFAC	Reserva de capital Agio	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Totais
				legal	Retenção de lucros		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	13.877	27.214	55.366	-	-	(20.967)	75.490
Aumento de capital com incorporação de reservas	33.478	-	(33.478)	-	-	-	(0)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.164	7.164
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.355	27.214	21.888	-	-	(13.803)	82.653
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.035	29.035
Reserva de reestruturação societária	-	-	23.670	-	-	-	23.670
Constituição de reserva legal	-	-	-	761	-	(761)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.808)	(3.808)
Aumento de capital com incorporação de reservas	42.645	(20.757)	(21.888)	-	-	-	0
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	10.663	(10.663)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	90.000	6.457	23.670	761	-	-	131.551

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da DC Energia e Participações S.A. Recife - PE. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da DC Energia e Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

A administração da DC Energia e Participações S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição patrimonial e financeira da DC Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da DC Energia e Participações S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. As demonstrações contábeis da controlada EBRASIL Energia Ltda. - EBE foram preparadas assumindo que a Empresa estará mantendo suas operações em condições normais. Conforme Apresentado na Nota Explicativa nº 1, no Relatório de Auditoria dessa companhia, em 29 de dezembro de 2010 a EBE finalizou a sua obrigação contratual de fornecimento de energia elétrica à Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA e até a presente data a administração não tem conhecimento de qualquer modificação por parte da contratante ou do órgão regulador que possa ensejar em descumprimento de suas obrigações contratuais. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto. As demonstrações contábeis da controlada EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. - ENORTE foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Empresa. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, no Relatório de Auditoria dessa companhia, a ENORTE foi constituída em 13 de maio de 2010, com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica térmica, para fins de comercialização e atividades correlatas a partir de 20 de maio de 2010, com vigência de 29 meses contados da assinatura do contrato, sendo passível de prorrogação somente nos casos previstos pela Lei nº 12.111/2009 (Art. 2º). Conforme comentado na Nota Explicativa nº 2, no Relatório de Auditoria citado anteriormente, em 16 de abril de 2012, a ENORTE protocolou solicitação de extensão do prazo contratual até 31 de dezembro de 2013, dentro dos limites da Lei nº 12.111/2009. A Amazonas Energia ainda não se pronunciou quanto ao pleito. As demonstrações contábeis não possuem qualquer ajuste decorrente da resolução desta incerteza. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto. Recife, 07 de julho de 2012.

DIRECTIVOS Auditores Associados Ltda. - CRC-PE 000691/O-2

Nelson Mitimasa Jinzenji - Contador CRC-SP 64.957-T-PE; Jesús Carcavilla Benito - Contador CRC-RS 21.820-T-PE.